

ATA Nº 4.151

Aos 26 dias do mês de Julho do ano de 2016, às 18h04min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, realizou-se a **26ª Sessão Ordinária deste Legislativo**, sob a Presidência do Vereador Guido Mario Prass Filho (PP), o qual contou com a presença dos seguintes Vereadores: Adalberto Carlos Soares (PP), Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Arleu Machado de Oliveira (PP), Eduardo Carlos Kohlrausch (PDT), Lauri Fillmann (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB – Vice-presidente), Moisés Cândido Rangel (PSC), Nelson José Martins (PMDB), Régis Bento de Souza (PMDB), Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP - Secretário), Sandra Beatriz Schaeffer (PP), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB) e Valdecir Vargas de Almeida (PROS). Por determinação do Presidente desta Casa, Vereador Guido Mario Prass Filho, a Diretora Legislativa, senhora Marilene Wagner declarou aberta a presente Sessão Ordinária, desejando boas vindas aos Vereadores desta Casa, aos colaboradores da Imprensa e ao público presente. Para melhor andamento da Sessão pediu a todos que colocassem seus celulares no modo silencioso ou os desligassem. A partir deste instante o Presidente do Legislativo Taquarense deu início aos trabalhos da noite cumprimentando todos os presentes e convidando os mesmos para realizarem em conjunto a Oração do Pai Nosso, e, logo após também foi feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao falecimento dos senhores José Luiz Kelsch e Paulo Oliveira. Na sequência o Presidente solicitou que a Diretora Legislativa procedesse na leitura da documentação que deu entrada nesta Casa para publicidade da mesma. Antes disso a Diretora informou que as respostas das Indicações e Pedidos de Informações encaminhadas pelo Executivo Municipal, bem como todas as respostas dos Requerimentos estão sendo divulgadas no sistema “Portal de Informações do Legislativo” e ficam à disposição dos senhores Vereadores e de toda a comunidade. **Publicidade de Projetos e de Moção:** PROJETO DE LEI Nº 081/2016 - VEREADOR LUIZ CARLOS BALBINO DE OLIVEIRA: Institui a homenagem especial denominada de Funcionário da SAMU Destaque do Ano, no município de Taquara/RS, e dá outras providências. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2016 - VEREADOR LAURI FILLMANN: Concede o Título de Cidadão Taquarense ao SENHOR CLOVIS ROMERO MARQUES PINTO. MOÇÃO DE APELO Nº 032/2016 - VEREADOR EDUARDO CARLOS KOHLRAUSCH: Ao Governador do RS reiterando a Moção de Apelo nº 031/2016 - para que seja realizado curso de formação de Soldados da Brigada Militar, com a finalidade de atuarem em nosso Município, tendo em vista o baixo número de policiais ativos em nossa cidade. **Declaração com laudo técnico, de 20 de julho de 2016:** Ao Presidente desta Casa, Vereador Guido Mario Prass Filho – Declaro para os devidos fins, que na Sessão Ordinária do dia 19 de julho de 2016, na gravação contida no tempo de 10min58seg a 14min05seg, as transcrições dos pronunciamentos da fala dos Vereadores ficaram prejudicadas, tendo em vista uma falha técnica no equipamento de gravação, devido à queda de luz, o que já é reincidente e não foi resolvido até o momento. Nesse sentido a parte final do primeiro pronunciamento do Vereador Eduardo Carlos Kohlrausch e a manifestação do Vereador Régis Bento de Souza, não foram gravadas. Assina o senhor Michael Fleck – Operador de som da Empresa Mara Beatriz Teixeira. **Correspondência recebida:** Convite do Lar Padilha para a 3ª Feijoada do Lar, que ocorrerá no dia 12 de agosto do corrente ano, às 20 horas, no Barracão Evangélico de Padilha. Após a leitura da matéria, conforme determina a Resolução Nº 002, de 22 de março de 2016 - o Presidente deu início a Ordem do Dia, solicitando que a Diretora Legislativa procedesse na leitura da matéria em pauta. **ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI Nº 080/2016 (Executivo Nº 061)** Revoga a Lei Municipal nº 5.537, de 22 de julho de 2014, que

autoriza o poder Executivo a contratar operações de créditos com o BNDES - Caixa Econômica Federal. A Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer favorável ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade. **MOÇÃO DE APELO Nº 030/2016 - VEREADOR TELMO VIEIRA:** A ANEEL e RGE - prorrogar o prazo estabelecido de 60 dias quanto às irregularidades ao padrão de entrada dos medidores de energia elétrica. **MOÇÃO Nº 031/2016 - VEREADOR EDUARDO CARLOS KOHLRAUSCH:** Ao Governador do RS, para que seja realizado curso de formação de Soldados da Brigada Militar, com a finalidade de atuarem em nosso Município, tendo em vista o baixo número de policiais ativos em nossa cidade. A Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer favorável as presentes Moções e as mesmas foram APROVADAS por unanimidade. Sobre a matéria manifestaram-se os Vereadores Adalberto Lemos, Arleu Machado e Nelson Martins. A seguir o Presidente com a concordância dos demais Vereadores colocou em bloco a votação da matéria a seguir e a mesma foi APROVADA por unanimidade. **Requerimento:** Nº 240/2016. **Requerimento de Pedido de Informação:** Nº 047/2016. **Indicações:** Nº 273 a 276/2016. A Moção de Apelo Nº 032/2016 foi encaminhada pelo Presidente à Comissão de Constituição e Justiça para emissão de Parecer. Depois da Ordem do Dia o Presidente Guido Mario deu início ao Grande Expediente, concedendo o tempo de 05 (cinco) minutos a cada Vereador inscrito, seguindo a ordem alfabética descrita no Artigo 92 do Regimento Interno desta Casa. Antes disso o Presidente manifestou-se dizendo que por encontrarem-se num ano eleitoral, e apenas na intensão de auxiliar, lembra a todos que as manifestações ocorridas durante as Sessões realizadas nesta Casa serão de inteira responsabilidade do Vereador que utilizar a palavra. **PALAVRA EM EXPEDIENTE: VEREADOR ADALBERTO DOS SANTOS LEMOS (PDT):** Gostaria de saudar o senhor presidente, demais componentes da Mesa, colegas vereadoras, vereadores. Presidente, eu penso às vezes que ano eleitoral deveria ser todo ano, porque as coisas andam. Hoje eu tava dizendo numa reunião que a gente teve que as coisas acontecem nos últimos seis meses de eleição que até Deus duvida—o que não dá pra fazer em torno de quatro anos, dá pra se fazer no restante do tempo. Isso é uma coisa muito complicada, mas tudo bem. Presidente, falando com relação ainda ao nosso hospital, que a gente aqui viu e ouviu várias vezes dizer que o famoso contrato assinado teria condições de o hospital ser tocado com um pouco mais de recurso vindo, oriundo do estado. Mas eu digo a vocês que não é o que tá acontecendo: tá faltando pediatra, as pessoas estão indo pra casa sem atendimento e—uma coisa que aconteceu que é muito séria—tiraram um pediatra que estava atendendo, por pura política, e deixaram o hospital sem atendimento médico pediatra. Isso tem que ser resolvido; eu peço à Comissão de Saúde aqui da Câmara que tente resolver essa situação. Não dá mais pra um pai de família vir do interior pra cidade pra ser atendido no hospital, chegar lá e não ter o pediatra pra atender; ter que se voltar pra outra cidade—sair catando outra cidade que o atenda, porque na verdade a obrigação de atender é em Taquara. É lamentável que isso esteja acontecendo, mas está acontecendo. Uma coisa que chamou muito a atenção numa reunião aqui que eu marquei com a administração do hospital—até fui muito criticado que estava se marcando reunião em cima de reunião, não deixava o pessoal trabalhar, porque não sei o que, porque tinha uma série de coisas que estava se resolvendo e que este vereador aqui atrapalhava os trabalhos. Inclusive eu falei muitas vezes aqui—e fui criticado inclusive pelo administrador do hospital—que eu dizia aqui que a gente tinha uma certa dúvida com relação com a esta instituição que aí está administrando o hospital. Pois eu quero dizer aos senhores que a Promotoria está pedindo ao Conselho Municipal de Saúde que se manifeste com relação à contratualização com esta instituição—e é a federal; não é a estadual, nem a municipal. Por que será? Será que é por que não tem nada errado quando se mete, aí, a nível federal? Será

que é isso? Está pedindo pro Conselho Municipal de Saúde se manifestar com relação à contratualização—o porquê que não passou pelo Conselho Municipal de Saúde. E pasmem os senhores: o prefeito sentado aqui disse que isso era uma decisão dele, ele não sabe o que é um Conselho Municipal de Saúde—Conselho Municipal de Saúde é o controle social, e ele é deliberativo e fiscalizador. “Deliberativo”—pra quem é um advogado como é o caso do senhor prefeito municipal—ele deve saber o que é, o que diz a palavra “deliberativo”. Mas talvez ele saiba na palavra, mas na prática ele não sabe fazer isso ou não quis fazer. Uma outra coisa que me chamou muito a atenção é algumas informações—porque aqui foi pedido pelo Conselho Municipal de Saúde e eu espero que o Conselho comece a se efetivar após a saída do senhor Levi, que não mais era do que um galho da Administração Municipal; que o Conselho comece a atuar como se deve atuar: fiscalizando e deliberando, e não sendo um galho da Administração Municipal. Digo isso porque várias coisas que passaram, inclusive a contratualização, não foi aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde—onde que se viu um conselho desses não se posicionar, não ter se posicionado? Não é uma crítica, mas é um alerta para aqueles conselheiros que hoje estão à frente, porque o senhor Levi não está mais para fazer esse tipo de manobra—hoje estão pessoas da comunidade e eu espero que se faça realmente como deve ser feito: fiscalizar. Porque as coisas da maneira que estão sendo feitas, tudo por baixo do tapete, não pode continuar mais. É uma situação muito séria, senhor presidente, que tem que ser sim averiguada e eu espero que isso seja puxado tudo como deve ser pra ver que as coisas não são tão certas assim como alguns defenderam aqui que era uma instituição acima de qualquer suspeita—eu quero ver se vai ser assim mesmo. Porque não é nós que estamos dizendo...**Presidente da Câmara Guido Mario Prass Filho:** Vereador, seu tempo terminou. **VEREADOR ADALBERTO LEMOS:** Obrigado então, senhor presidente. Na próxima, eu termino. **VEREADOR EDUARDO CARLOS KOHLRAUSCH (PDT):** Saúdo o senhor presidente, demais colegas vereadores e a comunidade que nos assiste na noite de hoje. Na noite de hoje, eu fiz mais uma vez uma moção à segurança pública ao governador do estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, para que ele possa trazer pra Taquara—destinar a Taquara—um curso de soldados da Brigada Militar. Lembrou bem o vereador Beto que há cerca de seis anos atrás, em 2010, nós tivemos—se não me engano—um ou dois cursos em Taquara—eu tenho certeza de um—onde é que ajudou muito a incrementar a segurança aqui na cidade de Taquara. E depois os soldados acabam indo embora porque falta incentivo a eles para ficar aqui no município e nas outras cidades, dão esse incentivo. Nós aqui de alguma maneira só temos essa promessa—alguns, né? —na época de campanha política, depois se esquece; é o caso do nosso prefeito municipal. Respeito muito aquelas pessoas que de alguma maneira fecham os olhos à realidade da cidade de Taquara, e por muitas vezes—arrumar uma mãozinha aqui ou ali—acabam não enxergando ou não querendo enxergar, vereador Nelson, o que está acontecendo na cidade de Taquara em várias questões; por exemplo, na segurança pública. Nós—eu dizia antes que a questão do auxílio-moradia, que o prefeito não paga, né? E diz que o Tribunal de Contas dá uma orientação para que ele não pague, só que quando eu fiz um documento solicitando para o Tribunal de Contas, para ver se era verdade isso, alguns colegas o derrubaram aqui no Plenário, pra mim não poder perguntar para o Tribunal de Contas. Isso é no mínimo estranho, né? O Tribunal de Contas diz que dá uma orientação, daí o vereador faz um requerimento e ele não pode fazer: “não, não, não vai fazer”. Bom. . . Cada um, cada um. É a maneira que a coisa é lidada aqui na cidade de Taquara, no Legislativo. Quero lembrar também que em 2013, foi comprado pela presidência do vereador Nelson através das nossas economias aquele caminhão para o Corpo de Bombeiros aqui que está, vereador Nelson, até hoje lá parado lá no Corpo de Bombeiros na RS-115—já queimou, já morreu a bateria três ou quatro vezes. Ano

passado, na minha presidência, foi devolvido R\$ 250 mil para que fosse adquirido um tanque para aquele caminhão—foi devolvido o dinheiro, não foi adquirido o tanque e também o prefeito não disse o que fez com o dinheiro; assim está a coisa hoje na cidade de Taquara. Esse é o município aí que o prefeito merece uma. . . É um exemplo como eu tenho ouvido de alguns colegas e algumas pessoas também, que tem dito isso—é uma pena. Me lembro que o vereador Ricardo Maciel dizia uma coisa aqui que vale lembrar agora: “vereador Eduardo”, ele me dizia, “tem gente que é que nem gatinho—custa abrir os olhos quando nasce”. O gatinho é assim, ele custa a abrir os olhos—é o que tá acontecendo hoje com algumas pessoas, lamentavelmente. Nós temos hoje problemas nas nossas creches, aí. Outro dia, uma escola de educação infantil ali na 17 de Abril foi inaugurada, vereador Nelson, e pelo que a gente sabe foi inaugurada uma sala. E como é que fica os pais e as mães que estão na fila par adquirir vaga pro seu filho e pra sua filha? É assim. A questão do desemprego: muito já foi falado aqui que lá no mês de abril, nós estivemos na posição 490 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul na questão do desemprego; 490 foi a nossa posição—estávamos no 7º lugar debaixo pra cima. Isso é uma coisa lamentável do município de Taquara, mas eu volto a dizer: às vezes, naquela política do “toma lá, dá cá”, quando algumas pessoas conseguem ter um favorzinho aqui e ali, eles esquecem o coletivo—o coletivo o que é? É pensar no município. Eles pensam nos seus parceiros, na mãozinha que receberam aqui, do tapinha nas costas ali e esquecem do coletivo que é 58 mil habitantes no município de Taquara—o umbigo é mais importante. E aqui fala um vereador que ajudou a eleger esse prefeito: eu e o vereador Nelson estivemos junto com ele, mas nós tivemos a dignidade pra—no momento que a gente viu que não tava mais dando certo, a gente saiu fora. Já outros que diziam que o prefeito era falcatrúia aqui nesse plenário agora de uma maneira, estão com ele—isso tá gravado, pessoal, não é eu que estou dizendo. Só pra ter uma ideia, vereador Nelson: eu fiquei sabendo esse final de semana—aliás, sexta-feira—que a Liga dos Gincaneiros teria pedido um recurso pro prefeito de Taquara ano passado e ele disse, vereador Nelson, que eu como presidente não quis ajudar. Cês acreditam num troço desses? Assim, ele fez alguma vez com senhor isso é aí também, né? Agora ano passado e esse ano. Então o prefeito, com todo o respeito aqui, ó—algumas pessoas chamaram ele de mentiroso e eu me lembrou que o vereador Moisés foi muito criticado, “não pode, tem que ter respeito”—mas que respeito esse homem tem com o cidadão? Ele é tão cara-de-pau, esse senhor, que ele—na maior, assim, ele mente descaradamente; ele acredita na própria mentira dele—dizendo que eu não quis dar um recurso quando fui presidente, eu não fazer a devolução. Aonde ele me pediu isso no ano passado? Mas essa é a política que ele faz, né? E, lamentavelmente—já encerro, senhor presidente—lamentavelmente, aquela política do “toma lá, dá cá”, Beto, é assim: o “toma lá, dá cá”, quando tu consegue assim um tapinha nas costas, consegue alguma coisinha. . . Muita gente luta pra eleger seu prefeito, vereador Nelson, mas luta para eleger seu prefeito para ter uma coisinha, não é para pensar no coletivo—no coletivo, se pensa alguns, senhores e senhoras, na época da eleição: na época da eleição, alguns candidatos visitam sua casa e dizem que vão fazer, que vão representar a comunidade; depois, quando sentam nessa cadeira aqui, representam o interesse do prefeito. É o que tá acontecendo e é uma pena que nós discursos agora estão saindo só pra—só vocês estão ouvindo, aqui; não sai no YouTube, não sai na Rádio Taquara. . . É uma pena. **Presidente da Câmara Guido Mario Prass Filho:** Seu tempo encerrou, vereador. **VEREADOR EDUARDO KOHLRAUSCH:** Eu—obrigado, eu vou deixar o outro vereador falar ali que tem muitos ali, inscritos. Então, é uma pena. Agradeço ao Senhor por estar aqui representando minha comunidade mais uma vez, pela saúde de minha família e fiquem todos na paz de Jesus. **VEREADOR NELSON JOSÉ MARTINS (PMDB):** Eu vou saudar os vereadores que ainda se encontram na Casa—porque eu

nunca saí da casa, independente de qualquer coisa—e saudar as pessoas que estão aqui no plenário. Uma pena que os vereadores—mas cada um tem um direito, a gente entende que cada vereador tem o seu direito. Eu, há 27 anos, só saio dessa Casa se tiver alguém, um chamado de urgência. Vereador Beto, lhe concedo o aparte. **Vereador Adalberto Lemos:** Obrigado, seu Nelson. Presidente, eu gostaria que minha fala constasse a íntegra na ata. **VEREADOR NELSON MARTINS:** É, eu acho que já que poucos vereadores falam, que fique na íntegra, porque tem coisa aí lá na frente, pessoal—daqui, eu não sei quem vai estar na Casa; daqui a três ou quatro anos—quando se é da Prefeitura, não tem mais condições pra nada, vão se lembrar—por isso tem que ficar gravado na ata o que a gente fala, porque nós sabemos que os parcelamentos feitos são o fim da picada. Eu hoje olhava tudo e olhava o que esta Casa repassou para os órgãos de segurança e para a própria Secretaria de Saúde—a gente ajudou a pagar os plantões no começo, até porque era um começo. E hoje, pessoal, a sorte é que—meia boca, mas a sorte é que nós temos o 24 horas. Hoje uma pessoa ficou pra ser atendida quatro horas, mas foi atendida—porque lá no hospital não precisa ir; é a maior mentira. Bom, ainda bem que a Promotoria federal quer ouvir o Conselho—ainda bem, ainda bem, pessoal, porque isso não é o que estão. . . Tudo o que contam aí não é a realidade das coisas, a gente sabe—a gente sabe disso aí. Nós tivemos funcionários que tinham IPE, foram lá pra dentro do hospital e morreram porque ninguém atendeu. Daí o papo é outro, né? Mas tomara que esse promotor federal pegue forte, porque muitas coisas vão se esclarecer—que é falado nesta casa e que lá fora é distorcido. Como foi feito aquele caso em que disseram que: “não, o governo do estado”—e eu fui lá pra saber: os contratos estavam em cima da mesa pra serem assinados, eles é que não tinham documentação pra assinar porque é cheio de processo de um lado e de outro. Então, é muita conversa pra pouca situação de ação, de trabalho. Eu quero só dizer pra vocês uma coisa: quem é que conhece a ponte nova que fizeram na Erechim? Pessoal, se apronte aqueles moradores e o centro da cidade: fizeram dente—invés de levantar o muro do arroio, eles vieram com—porque vem meio alto, na parte de cima vem alto—fizeram um dente, depois mais um dente; a água vai bater ali e aonde eu moro, certamente nós vamos ter mais uns quinze ou vinte centímetros de água e o centro vai ter a mesma coisa. Por isso eu gostaria que o meu pronunciamento ficasse em ata; porque daqui a dois anos, ou daqui a um ano, ou daqui a uns meses, alguém vai ter problema e a gente tem a ata pra mostrar: “tá aqui, foram avisados e não fizeram o trabalho”. O material, o concreto, se passar uma carreta em cima, cai—eu fui lá olhar o concreto e é só areia. Essas empresas que trabalham com o município tem que tomar cuidado, quem faz esse tipo de trabalho—acabam fazendo um trabalho que daqui a pouco dá um prejuízo pro município, né? E isso não é de hoje, olha o asfalto: até hoje a empresa não voltou pra terminar o asfalto. Mas essas empresas tem que ter cuidado, tem que ter alguém em cima deles pra que eles façam um bom trabalho. Tem uma canalização de metro no Loteamento Tito, a primeira enxurrada que der, vai encher de água todo mundo lá—tá lá, eu já pedi, outros vereadores já pediram. Um cano de metro não tem mais cinco centímetros pra sair água: entupido é uma retro, pessoal. Eles estão se “peixando”, mas se é pra fazer um serviço particular, daí o prefeito manda fazer, ele sai correndo pra fazer. Mas vamos lá limpar aquele—vamos lá fazer, tem morador, pagam impostos. É a mesma coisa que nós, ali: eles fizeram essa porcaria dessa ponte agora—que nós vamos ter um aumento de água—, mas pra nos cobrar o imposto, eles cobram. Eu quero dizer pra vocês: a não ser o cordão que eles pintaram, eles não botaram nada ali, nos últimos três anos, naquela região—e todo mundo paga imposto e não é barato; ali o imposto não é barato, é bem caro. Só que acontece que cobrar é bom; prestar o serviço, eles não prestam. Agora. . . Até porque, assim ó: esse negócio do asfalto aí, ó, tem muita gente que não sabe, mas o asfalto, todos vão pagar—porque isso é um empréstimo que todo

mundo vai pagar imposto pra pagar esse empréstimo que foi feito. Isso é história, ele dizer: “não, tô fazendo asfalto”—tá fazendo asfalto pra nós pagar lá na frente, parcelado; esse que é o detalhe. Então eu gostaria, presidente—já que poucos vereadores falam—, que o meu pronunciamento fosse na íntegra; porque amanhã ou depois, quando chegar a um certo ponto, nós vamos ter que conversar e aí: “não, busca a ata tal de tal dia que ele vai saber o que foi avisado”. Era isso.

Vereador Eduardo Kohlrausch: O meu também, senhor presidente, na íntegra. Nada mais havendo a tratar, às 18h43min o Presidente encerrou a presente Sessão Ordinária, convocando a próxima para o dia 02 de Agosto de 2016, às 18 horas no Plenário desta Casa. E, para constar, eu Silvana Fernandes Lopes, Servidora da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelo Servidor Nicolas Giovani Busanello, o qual transcreveu o tempo de uso da Palavra em Expediente. E, conforme Resolução nº 004/2015, segue também assinada pelos Vereadores presentes nesta Sessão. Sala de Sessões, 26 de Julho de 2016. Silvana Lopes e Nicolas Busanello.